



Campanha Salarial

CNTV participa de mediação no Rio Grande do Norte e apoia greve dos vigilantes



Demonstrando total desrespeito com a categoria, patrões faltaram à rodada de negociação no MPT

Em greve há 16 dias, os vigilantes do Rio Grande do Norte receberam, nesta segunda-feira (12), a visita do presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), José Boaventura, levando o apoio da entidade e de todos os filiados. Boaventura acompanhou o que seria mais uma rodada de negociação com os patrões, que não compareceram e deram mais uma demonstração da total falta de respeito com que lidam com a categoria.

“Os patrões fugiram, alegando falta de segurança para comparecer à reunião. Isso demonstra somente o descaso com que vêm levando o processo de negociação com os

trabalhadores e o desrespeito com a categoria”, afirmou Boaventura.

Uma audiência no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) ficou agendada para a manhã desta terça-feira (13) para tratar sobre o dissídio coletivo da categoria encaminhado pelo Sindsecur-RN.

CAERN tenta golpe contra trabalhadores

No mesmo dia, Boaventura participou de uma reunião com aproximadamente 80 vigilantes da empresa Interforte que prestam serviço para a Companhia de Água e Esgoto (CAERN). Havia a tentativa de impor aos trabalhadores um acordo individual para “calçar” a jornada 12x36, uma vez que o sindicato patronal se negou a prorrogar a CCT 2017, que regulava a jornada. Os contratantes vêm cobrando a falta de regramento referente a tal escala.

Boaventura e o presidente do Sindsecur-RN, Pablo Henrique, disseram que o acordo individual é ilegal, o que obrigou a empresa a recuar e se comprometer a parar com as tentativas de prejudicar os trabalhadores, devendo levar ao Sindicato qualquer proposição sobre assuntos de interesse da categoria.

Fonte: CNTV

Vigilantes do DF suspendem greve

TRT inicia negociação entre as partes nesta terça-feira

A greve dos vigilantes do Distrito Federal está suspensa. Em assembleia realizada na noite desta segunda-feira (12), a categoria decidiu suspender, com efeito imediato, a paralisação a partir da promessa de retomada das negociações sob a intermediação da presidente em exercício do TRT, Maria Regina Machado Guimarães. Ainda nesta noite, os vigilantes já retornam aos postos de serviço.

A decisão da categoria atende a uma proposta da magistrada que se comprometeu a coordenar as negociações, com a participação do Ministério Público do Trabalho, desde que a greve dos vigilantes fosse suspensa imediatamente e as empresas também suspendessem o processamento dos descontos dos dias parados até dia 19 de março.

“Em troca da reabertura das negociações e da confiança no Tribunal Regional do Trabalho, os vigilantes decidiram suspender a greve para acompanhar o processo de negociação. Nós, da categoria, faremos de tudo para que essa negociação gere frutos e saíamos vitoriosos”, comentou o deputado Chico Vigilante (PT), na saída da assembleia.

Em audiência nesta manhã no TRT, o Sindicato dos Vigilantes relatou que está em greve desde o dia 1º de março, a qual inclui a repetição das cláusulas constantes na sentença normativa de 2017, reajuste salarial de 3,1%, bem como aumento do ticket alimentação em 6,8%, mais abono dos dias parados e nenhuma punição ao trabalhador que aderiu ao movimento grevista.

Uma nova audiência de conciliação foi marcada para acontecer nesta terça-feira (13), às 9h, na sala reuniões do Tribunal. Caso não haja acordo, as partes já concordaram com o

ajuizamento de dissídio coletivo de natureza econômica, pelo Sindicato das Empresas de Vigilância (SINDESP-DF).

O presidente do Sindesp, Paulo Quadros, congratulou os vigilantes que permaneceram em mobilização durante as quase duas semanas do movimento. “Quero parabenizar aos trabalhadores guerreiros de luta que ficaram treze dias mobilizados para que fosse mantida na convenção coletiva causas históricas e para não deixar que fosse inserida a reforma trabalhista”, disse.

Ainda nesta segunda-feira, o deputado e membros da diretoria do Sindicato se reuniram com o presidente do Banco do Brasil, Paulo Caffarelli, e estão tentando marcar uma audiência com o Governador Rodrigo Rollemberg.

Negociações – Após muitas rodadas de negociação e sem chegar a um acordo em várias cláusulas importantes na garantia de direitos e conquistas da categoria, o sindicato solicitou intermediação do Ministério Público do Trabalho para solução do impasse.

Foram realizadas uma série de audiências individuais e coletivas com a participação de cada um dos sindicatos. Na noite do dia 28 de fevereiro, cansados de esperar por uma proposta justa por parte dos patrões, os vigilantes decretaram a greve que perdurou por 13 dias.

Vigilantes de São Luiz e Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul, também recusam proposta patronal



Em Santo Ângelo, houve apenas uma abstenção

Com as assembleias realizadas em São Luiz Gonzaga, sexta-feira (09), e Santo Ângelo, sábado (10), foi concluída a rodada de assembleias que avaliou a proposta patronal apresentada na última reunião de negociação. Como já tinha acontecido nas demais assembleias, os vigilantes presentes recusaram o que as empresas ofereceram, em São Luiz por unanimidade e em Santo Ângelo com apenas uma abstenção. Na primeira, devido ao calor muito forte, o encontro foi realizado na rua, em frente à sede do Sindicato da Alimentação.

Estavam presentes o presidente do sindicato, Loreni Dias, a diretora Elisa Araújo e o diretor José Airton Trindade. A mesma proposta foi rejeitada por unanimidade também em São Jerônimo, Camaquã e Porto Alegre. A entidade patronal (Sindesp) havia oferecido 2,81% de reajuste dos salários e R\$ 19,23 o Vale Alimentação.

Mas o que mais pesou no posicionamento contrário da categoria foram as novas cláusulas, baseadas na reforma trabalhista, que trazem

diversas perdas e prejuízos aos trabalhadores. Foram muito frequentes, nestes encontros, as manifestações no sentido de que a prioridade, agora, deve ser a manutenção dos direitos conquistados nas convenções coletivas anteriores.

Além disso, na assembleia da capital foi escolhida uma comissão de vigilantes da base, com seis titulares e um suplente, para acompanhar a negociação. São eles: Sebastião Resoli dos Santos, André Machado, Deiwide Ramos, Sandro Carey, José Carlos Foletto, Carlos Alexandre Vargas de Andrades e Marco Couto.

Atenção: foi confirmado há pouco que a próxima reunião com a patronal será amanhã, terça-feira (13), às 14 horas.

Fonte: Sindivigilantes do Sul

Isenções de Temer a empresas prejudicam caixa da Previdência

Falta de procuradores para fiscalizar, isenções e pagamento de benefícios por acidente de trabalho que as empresas deveriam bancar provoca rombo de 26 bilhões ao INSS que, agora, AGU quer recuperar



A política de redução do estado do ilegítimo e golpista Michel Temer (MDB-SP) e os benefícios que o governo federal concede a empresários provocaram um rombo de mais de 26 bilhões de reais nos cofres do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, só com o pagamento de benefícios de acidente de trabalho que, agora, a

AGU - Advocacia Geral da União - quer recuperar.

Para o pesquisador de saúde e previdência do trabalho da Federação dos Químicos da CUT, Remígio Todeschini, o governo está correndo atrás do prejuízo por duas razões: falta de pessoal na estrutura da Procuradoria do INSS para fiscalizar as empresas e exigir

o cumprimento da Lei; e as isenções que o governo deu às empresas nos casos de acidente de trajeto, e nos afastamentos do trabalhador por 15 dias, também em casos de acidentes.

Essas isenções reduziram em 63% o valor de cálculo para pagamento do Fator Acidentário e Prevenção (FAP). “Com isso, a Previdência deixa de arrecadar de R\$ 2 a R\$ 3 milhões ao ano”, afirma Remígio.

Segundo o Ministério Público do Trabalho, de 2012 a 2017, o Brasil registrou 3,879 milhões de notificações de acidente de trabalho, com 15 mil mortes. E somente entre 2012 e 2016, a Previdência gastou mais de R\$ 26,2 bilhões com o pagamento de benefícios por esses acidentes.

Agora, a AGU quer recuperar o valor que as empresas devem à Previdência pelos gastos com auxílio-doença, auxílio-acidente, aposentadoria por invalidez e pensão por morte. Para isso, decidiu intensificar as ações regressivas (retroativas), a partir da recomendação do Conselho Nacional de Previdência Social, para que a legislação passasse a ser cumprida com maior rigor. O número de ações regressivas em 2017 era, em média, 14 ao ano. Atualmente são 500.

Até agora foram recuperados mais de R\$ 44 milhões. Este valor deve subir para R\$1,9 bilhão, segundo cálculos da própria AGU, que já entrou com mais de cinco mil ações regressivas ajuizadas.

A Advocacia Geral da União promete ampliar a atuação, priorizando as ações coletivas e a análise de todos os acidentes fatais ocorridos desde 2013 e que produziram a obrigação do INSS pagar pensões por mortes.

Remígio, que também integra o grupo de pesquisa de saúde da UnB e é ex-diretor de Saúde Ocupacional do Ministério da Previdência no governo Lula, afirma que isso é resultado do desmonte do Estado.

Segundo ele, muitos procuradores do INSS estão prestes a se aposentar e não há concurso público. Mas, o pior foram as isenções às empresas. “Essa nova fórmula de isenção foi discutida nesse governo ilegítimo, no final de 2016, e o efeito já está sendo sentido”.

Para o pesquisador, a redução da cobrança do seguro de acidente de trabalho nas contas que pagam os benefícios acidentários e nas aposentadorias por invalidez, ajuda a provocar o tão divulgado déficit da Previdência.

Outro dado que afeta as contas da Previdência é o número pequeno de auditores e fiscais do trabalho. Segundo o IPEA, seriam necessários 8 mil e atualmente existem apenas 2.800.

“Falta no país, fiscalização. O número de fiscais do Ministério do Trabalho é pequeno para tantas empresas que, em sua maioria, não fornecem o equipamento de segurança para seus funcionários. O próprio Ministério Público Federal já anunciou que o ideal seria um fiscal para cada 100 mil trabalhadores”, diz Sandro Alex de Oliveira Cezar, presidente da CNTSS/CUT - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social.

Para ele, as ações da AGU “são uma tentativa de fechar a porta já arrombada”.

O que diz a Lei

A Constituição de 1988 diz “que cabe aos patrões pagarem as despesas indenizatórias e reparações devidas aos trabalhadores que se acidentarem por dolo ou culpa de seus empregadores”; e a Lei nº 8213, de 1991, determina “que a Previdência Social deve processar quem negligenciar as normas de segurança e higiene do trabalho criadas para garantir proteção individual e coletiva no ambiente laboral”.

Fonte: CUT

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Pricilla Abdelaziz

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF